

O aproveitamento escolar e a relação com os meninos e meninas em situação de risco na cidade de Curitiba

Exploitation school and relationship with boys and girls at risk in the city of Curitiba

Rozane de Fátima Zaionz da Rocha^(a); Arnaldo Moreira de Matos^(b)

^(a)Graduada em Pedagogia Empresarial Contemporânea; Pós-Graduada em Educação Escolar e Inclusão e em Tutoria em Educação a Distância. Professora da Rede Pública do município de Curitiba - PR e Professora Auxiliar da Faculdade Internacional de Curitiba - Facinter.

^(b) Professor doutorando.

RESUMO

A imposição dos órgãos gestores do sistema de ensino no cumprimento de uma burocracia desenfreada por parte dos professores faz com que os mesmos atuem em uma “pseudo” docência. A preocupação em vencer a grade curricular, torna os educadores alheios aos grandes problemas existentes dentro de sua sala de aula, causando, com isso, o fracasso escolar, a evasão e, conseqüentemente, a desmotivação desse profissional. A pouca afinidade entre educandos e educadores, e os tratamentos impessoais, são relatados por meio de dados obtidos na pesquisa de campo. Para sustentação dos estudos, foi utilizado como referência: Foucault (2006), Priori (2007), Graciani (1997), Patto (1999), Craidy (1998), entre outros.

Palavras-chave: Educandos. Educadores. Situação de risco.

ABSTRACT

The imposition of organs managers of the education system in compliance with an unbridled bureaucracy on the part of teachers, means that they act in a "pseudo" teaching. The concern in winning the grade curriculum, makes the educators outside the major problems within your classroom, causing it off, school failure, evasion and consequently, the demotivation of a trader. The little affinity between students and educators and the impersonal treatment, are reported through data obtained in field research. To support

the studies, was used as reference: Foucault (2006), Prior (2007), Graciani (1997), Patto (1999), Craidy (1998) among others.

Keywords: *Students. Educators. The risk situation.*

1. O APROVEITAMENTO ESCOLAR E A RELAÇÃO COM OS MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE RISCO NA CIDADE DE CURITIBA

É grande o número de vezes em que se ouve falar sobre inclusão social. Vários são os esforços em prol de favorecer uma vida mais digna e igualitária entre todas as classes sociais.

O estudo que segue, reporta-se a mais um segmento excluído: os meninos e meninas em situação de risco.

Diante dos altos índices apresentados pela mídia e pelo próprio Ministério da Educação e Cultura - MEC em relação ao fracasso escolar/retenção se percebe que uma das causas, é a evasão escolar, ocasionada por diversos fatores. Entende-se que a maioria das crianças que saem da escola procura as ruas, seja para “lazer” ou para buscar o sustento de sua família.

Assim sendo, buscam-se respostas para algumas questões como, por exemplo, quais são as relações existentes entre os meninos e meninas em situação de risco e a exclusão gerada pela própria escola? Qual a visão que essas crianças têm do ambiente escolar e qual a relação entre educandos em situação de risco e seus educadores?

Identificar o grau de interação entre professor e aluno, a responsabilidade da escola para com seus docentes, e as expectativas de vida das crianças, são alguns objetivos propostos para este estudo.

As dificuldades na aprendizagem geram desmotivação nas crianças nas salas de aulas, causando certo desconforto à classe dos educadores, que se vêem impotentes diante da “pouca aprendizagem” apresentada.

Nesse contexto, procura-se descobrir qual o grau de responsabilidade da escola diante da situação de exclusão em que vivem as crianças em situações de risco e, assim, elaborar estratégias e mudanças nas ações

pedagógicas, com o intuito de minimizar a exclusão social dessa categoria infanto-juvenil.

Para a pesquisa do tema "Meninos e meninas em situação de risco e a atuação da escola", foi utilizada bibliografia de autores conceituados, como Paro (2001), Priory (2007), Craidy (1998), Frigotto (1986), Foucault (2006), entre outros.

Priory (2007) relata a história das crianças saídas de Portugal com destino ao Brasil. Ele descreve o desrespeito com que as crianças eram tratadas. Os menores, advindo de classes menos favorecidas ou órfãs, eram colocados como escravos, sendo que o abuso sexual e os maus-tratos estavam sempre presentes.

Ao chegar ao Brasil, a situação não era diferente das atrocidades cometidas durante a viagem. Os meninos e as meninas eram obrigados a se prostituir para conseguir a sobrevivência. A educação era privilégio dos nobres. Os filhos de escravos e de operários serviam de brinquedos humanos nos momentos de lazer dos filhos da nobreza.

A autora narra toda uma trajetória das crianças, relatando os abusos existentes, inclusive na atualidade. O trabalho infantil é bastante focado pela escritora.

Foucault (2006), em seu livro *Vigiar e Punir*, descreve as atrocidades cometidas contra as crianças e adolescentes no período Medieval, fazendo uma trajetória das leis civis e criminais. A violência com que eram submetidos os seres humanos, pode, de certa forma, justificar uma contextualização contemporânea contra as crianças que são maltratadas e vistas como seres sem direito, principalmente quando essas crianças e jovens possuem antecedentes que desabonam suas condutas.

Na obra "Meninos de rua e analfabetismo" (CRAIDY, 1998), a autora faz estudos de caso com crianças excluídas na cidade de Porto Alegre. Ela descreve as dificuldades em estar inserindo essas crianças no ambiente escolar, já que estão acostumadas com a liberdade imposta pelas ruas.

Paro (2001), no livro "Por dentro da escola pública", ao descrever o interior da instituição, lança aos leitores, os bastidores desse espaço de

ensino, suas facilidades e debilidades, o sucateamento do ensino público e a exclusão por ele gerado. Na linha de Paro, Patto (1999), nos coloca as injustiças realizadas pelos docentes no momento das avaliações, que, ao invés de ser um instrumento de apoio e avanço dos ensinamentos, tornam-se uma ferramenta de tortura e exclusão. Esses autores também abordam a falta de domínio do objeto de trabalho exercida pelos docentes. Reforça-se, aqui, não somente a avaliação com fim em si mesma, mas como um (re)início do processo ensino-aprendizagem; não conhecer somente instrumentos, métodos e ferramentas avaliativas, mas, acima de tudo, conhecer seu “objeto” de trabalho, a criança.

Sabendo que a comunicação é um fator inerente ao homem, buscou-se também o estudo da obra de Machado (2003) em “Vozes e silêncios de meninos de rua”. Nesse estudo de caso, realizado no estado da Bahia, a escritora descreve a comunicação das crianças em situação de risco, o vocabulário próprio das gangues, os gestos, os monólogos e até mesmo o próprio silêncio, que muitas vezes infere aos graves problemas sociais vividos.

Na expectativa de analisar outras realidades pertinentes às crianças em situação de risco, também se realizou a leitura de Graciani (1997): “Pedagogia social de rua”. Nessa obra, a escritora descreve quem são os meninos de rua, suas angústias, anseios, sonhos e realidades. O estudo de caso realizado por Graciani acontece na cidade de São Paulo.

A busca por leituras relacionadas ao tema vem ocorrendo a aproximadamente um ano, isso devido a questões sem respostas encontra nas salas de aula onde a pesquisadora lecionou e leciona. Essas questões são: baixa produtividade acadêmica, indisciplina, desatenção e desinteresse por parte dos educandos. A necessidade de buscar respostas a essas questões problemáticas, relacionadas ao fracasso escolar, desencadeou o interesse na pesquisa.

O estudo teve como fundamentação bases bibliográficas e, para uma maior consistência nos dados, foi realizada, também, a pesquisa de campo nas instituições de abrigo para crianças em situação de risco.

A entrevista com as crianças foi semi-estruturada, favorecendo, dessa maneira, uma maior qualidade no material coletado, o que oportunizou a livre expressão dos entrevistados.

Com base no descrito acima, a pesquisa foi de natureza aplicada, pois “observa-se o uso dos conhecimentos da ciência (...) para se chegar às aplicações práticas” (SANTOS, MOLINA, DIAS, 2007, p. 126).

O estudo é de cunho descritivo, pois “é utilizado quando o pesquisador tem o intuito de escrever e caracterizar (...) um grupo específico” (Ibidem, p. 126). Esse estudo se caracteriza também como pesquisa explicativa já que “esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento realizado, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p. 42).

De acordo com Santos, Molina e Dias (2007, p. 127), “a pesquisa bibliográfica é obrigatória em qualquer modelo de trabalho científico”. Sendo uma pesquisa realizada em local definido, caracteriza-se também como pesquisa de campo.

A pesquisa de campo deste trabalho ocorreu em duas instituições sociais, também conhecidas como casa de passagem (Instituição “A”). Para preservar as instituições serão denominadas Instituição “A” e “B”.

1.1 Breve histórico da educação das crianças

O ser humano é um ser histórico, resultado de suas conquistas através dos tempos. Nos diferentes contextos de formação, podem ser citadas: a classe que foi estruturada para ser a trabalhadora, a classe que foi meticulosamente preparada para dominar e a classe que não conseguiu acompanhar as exigências da elite dominante ou, até mesmo, que não aceitou as formas impostas, estas, então, foram o que se pode considerar como classes excluídas.

A rebeldia e o não aceitar certas normas e regras são históricos. Como relata Foucault (2006), já, no período Medieval, procurava-se formar um ser humano capaz de seguir cegamente as regras da Igreja, o que desde esse período é questionado por alguns, que são barbaramente castigados por sua eloquência.

Já nos séculos passados, os métodos punitivos e coercitivos puniam com a morte, as pessoas que iam contra o estipulado pela classe dirigente. Desde o início da criação do direito penal, o ser humano é tratado como um ser que deve ser resgatado, mesmo que seja para salvar sua alma, pois, no período Medieval, atos de marginalidade eram castigados tirando suas vidas pausadamente e com métodos de tortura.

[Daminens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras. (...) sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas da perna, sua mão direita segurando a faca que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado edesmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2006. p. 9).

Esses métodos, acima descritos, permaneceram por longo período e foram sendo adequados com o passar do tempo, considerando cada vez mais o homem como ser de direito, mesmo que apenas nas escrituras, pois não se considerava, até então, a idade do “meliante”, a punição era igual para todos.

No relato de Priori (2007), durante o século XVI, as crianças que eram trazidas de Portugal ao Brasil, normalmente crianças com alguma deficiência física ou mental, órfãos, delinqüentes, pequenos infratores, eram submetidas às piores barbáries durante as viagens.

Vinham no porão do navio, local úmido, sem ventilação e com excesso de população por metro quadrado. As refeições eram precárias, faltando inclusive, água para beber. Para custear suas viagens, eram submetidas a trabalhos escravos, sendo abusadas sexualmente pelos marinheiros e demais membros da tripulação. Muitas padeciam e eram atiradas ao mar.

Quando os grumetes eram estuprados por marinheiros, quer por medo ou vergonha, dificilmente queixavam-se aos oficiais, até porque muitas vezes eram os próprios oficiais que haviam praticado a violência. Assim relatos desse tipo são praticamente inexistentes.

No entanto, por ser uma prática corrente na Idade Média, tudo leva a crer que a violência sexual era comum nos navios. E alguns grumetes poderiam mesmo prostituir-se como forma de obter proteção de um adulto (RAMOS, 2007, p. 27).

Ao chegar ao Brasil, a situação não era muito diferente, pois eram aliciados por senhores e necessitavam trabalhar para seu próprio provento. Também eram usados como brinquedos humanos pelos filhos da nobreza.

A escola era algo que não estava nos planos dessas crianças. Ensino sistematizado era de exclusividade da classe dominante, sendo as aulas ministradas pelos padres jesuítas, que ensinavam os conhecimentos de latim e retórica, algo necessário somente à burguesia, conforme pensamentos do período.

No século XIX, o grande número de crianças e adolescentes sem emprego, e sem família, começa a originar a marginalidade nas ruas de São Paulo, aterrorizando a sociedade paulista. Na tentativa de amenizar a situação, as autoridades utilizavam exercícios físicos e leitura para preencher o tempo ocioso dessas crianças.

(...) A criminalidade avolumara-se e tornara-se uma faceta importante daquele cotidiano, quer pela violência dos fatos materiais, quer pela interiorização da insegurança que em maior ou menor grau atingia as pessoas. O aumento da ocorrência de crimes é acompanhado pelo aumento e especialização dos mecanismos de repressão, gerado por uma maior incidência de conflitos urbanos, numa clara manifestação de agravamento das tensões sociais (SANTOS, 2007, p. 213).

A maneira, vista pelas autoridades do período, de coibir a evolução da marginalidade, foi colocar as crianças, filhas de empregados das indústrias que chegavam a São Paulo, na escola, sendo que se priorizava o ensino da educação cívica e leitura. Poucos resultados foram alcançados.

Foucault (2006, p. 126) coloca que, no século XVII, a disposição em fila das carteiras nas escolas, atribui a relação de hierarquia nas tarefas que cada indivíduo deveria realizar. Com essa disposição das carteiras, o professor conseguia visualizar toda a turma, como uma forma de vigiar, semelhante ao

que acontece nos presídios. É a escola sendo igualada aos moldes de punição dos setores de segurança.

Nessa perspectiva, a prisão é a continuidade da escola para os seres excluídos que, por um motivo ou outro, não puderam frequentar os bancos escolares. As punições são presentes tanto no presídio, quanto na escola.

Com a proclamação da República, muitas famílias necessitavam sair para buscar seu sustento nas indústrias. As crianças ficavam protegidas pela própria sorte. A troca constante de cônjuges aumentava o nascimento de mais “brasileirinhos” que eram abandonados nos orfanatos e nas ruas, aumentando a população indigente.

Deixadas à própria sorte, essas crianças lutavam pela sobrevivência, quer prestando pequenos serviços em troca de alimentação, quer praticando pequenos furtos que iam tomando maiores dimensões com o aumento da faixa etária do indivíduo.

A escola pouco pode fazer nesse período, pois os conteúdos não vinham de encontro às necessidades da classe trabalhadora. Muitas crianças precisavam ajudar no sustento da família e, as migrações em busca de uma vida melhor, geravam a evasão escolar.

O trabalho infantil persiste até hoje, excluindo, e, muitas vezes, levando para as ruas milhares de crianças que permanecem e tomam essas, como suas verdadeiras casas. A agressão que existe na vida das crianças, desde os mais remotos períodos da humanidade, faz-se presente ainda hoje, porém, agora dentro dos próprios lares.

1.2 A história continua...

1.2.1 Análise dos dados da Instituição “A”

A Instituição “A” atende meninos em situação de risco na faixa etária de três a dezoito anos. O prédio dessa Instituição faz lembrar os antigos colégios religiosos: corredores extensos, sala para orações, refeitório amplo, quartos que se assemelham aos alojamentos militares, normalmente com seis camas. Há uma sala para recreação, contendo televisão com vídeo-game e

canal fechado com programas adequados à faixa-etária dos pequenos moradores. O espaço aberto lembra uma chácara, com campo de futebol, playground, várias árvores, e também animais domésticos, como cães, ovelhas, galinhas e patos. O contato com a natureza é favorecido a essas crianças.

As entrevistas aconteceram sempre na presença de um dos responsáveis pela Instituição. As questões que seriam abordadas foram previamente analisadas pela tutora, muitas foram reformuladas ou retiradas do questionário, visando, com isso, proteger a criança de situações que poderiam ser prejudiciais ao restabelecimento social e psicológico.

As respostas das entrevistas se deram muitas vezes de maneira monossilábica, ou por meio de gestos, caracterizando os abusos sofridos e a própria auto-exclusão.

Dentre as muitas questões levantadas, as primeiras estavam relacionadas à apresentação pessoal, como nome, idade e com quem morava antes de ir para o “abrigo”.

Na Instituição “A”, as crianças entre três e sete anos, foram auxiliadas pelos tutores no quesito “identificação”, já que muitas não sabiam a idade ou até mesmo não lembravam com quem moravam antes da transferência para a casa de passagem.

Durante o diálogo com as crianças, percebe-se que as histórias de vida são muito semelhantes, tendo como foco central, a violência doméstica (sexual), a exploração do trabalho infantil, assim como, o uso de entorpecentes por parte dos pais e responsáveis.

Considerando que a escola é instituição atuante na vida dos entrevistados, foi perguntado se sabiam o nome da escola em que estudavam antes de ir para o abrigo.

Cinquenta e cinco por cento responderam que não lembravam. Onze por cento, lembraram o nome da escola em que estudavam e trinta e quatro por cento não estudavam antes de ir para a casa de passagem.

Nos diálogos, o menino Juliano, de sete anos, fez um relato dizendo: “Eu gosto mais da outra escola, lá eu tinha mais espaço para brincar e era

perto de minha casa”. Perguntado se sabia por que estava morando com outra família, respondeu: “Eu vim pra cá porque eu quis”, e com gestos, fez sinal de que gosta de morar no abrigo.

E quanto ao nome da professora que ministrava aulas antes de irem para a casa de passagem, pessoa que ficava quatro horas por dia com a criança, muitas vezes, tempo superior ao do convívio com os próprios pais. Será que, as crianças lembram?

Das crianças que estavam matriculadas, onze por cento lembraram o nome da professora e oitenta e nove por cento não tiveram lembranças. Apesar de não lembrarem o nome dos docentes, algumas crianças têm boas recordações das educadoras: “A professora era boazinha, castigo, só quando fazia bagunça” (Cristian, 6 anos). “Na escola eu gostava de uma ‘tia’, eu gostava dela porque ela não me deixava de castigo, mas eu não sei o nome dela” (João, 08 anos); “Eu gostava da professora, era legal, amiga” (Alan, 7 anos).

A professora conhecia seus pais? Você contava para sua professora sobre sua família?

Trinta e quatro por cento das crianças relataram que a professora conhecia seus pais e sessenta e seis por cento afirmaram que a educadora não tinha contato com os responsáveis. No entanto, cem por cento das crianças disseram que os professores tinham conhecimento de seus históricos familiares. “Minha prô nunca chamou minha mãe prá conversá e ela também não ia na reunião, porque ela não sabe lê nem escrevê” (Cristian, 6 anos); “A profe chamava minha mãe só pra reclamá que eu fazia bagunça, eu faltava muito na escola, eu faltei uns dez dia porque minha mãe dexava eu falta”.; “O Conselho¹ foi na escola me buscá e me deu pirulito”; “Minha mãe foi pra Espanha, a professora sabia disso” (Alan, 7 anos); “A tia da creche não sabia que eu pedia esmola com minha mãe”. A criança sentiu liberdade e continuou “(...) Sabe tia, eu e minha mãe saia pra um lado e meu pai se vestia bem

¹ Refere-se ao Conselho Tutelar.

rasgado e ia para outro lado pedí esmola, eu e minha mãe ganhava mais, porque ela tava comigo e aí as pessoa ficava com dó” (João, 7 anos).

As respostas são em sua maioria cercadas de silêncio. Esse é o tema que mais emerge o silêncio. (...) todos são unânimes em afirmar a importância da família, todos gostam da família. Família para eles não necessariamente significa o mesmo para a pesquisadora: um agrupamento de pessoas (...) ligadas por laços consangüíneos e de afetividade e que presumivelmente devem viver em harmonia (MACHADO, 2003, p. 95)

Na escola em que você estuda agora, a professora sabe que você mora aqui no abrigo?

“A professora, sabe, ela fica gritando na sala, essa loca, a gente nem pode brincá, essa mulhé é loca. Se ela briga comigo eu conto pro tio e pra tia”². (João, 7 anos); “Eu gosto da profe da outra escola” (Juliano, 7 anos). Ao ser questionado sobre porquê, ele responde com gestos. “Eu prefiro a outra professora porque ela não bate em mim, essa bate” (Josué, 8 anos).

O menino Josué, mesmo com intervenção dos tutores da casa de passagem, foi expulso da escola onde estava matriculado, uma instituição privada de ensino. Os gestores de tal instituição alegaram que a criança tem desvio de conduta. Na entrevista, o menino, apresentou firmeza em suas colocações, mesmo com a pouca idade, demonstrou conhecimento de mundo.

Nesses depoimentos, ficam evidentes as exclusões causadas pela escola excludente.

As questões da entrevista foram pré-formuladas, no entanto, com o menino Pedro, de onze anos, não foi possível aplicar as mesmas questões, tendo em vista sua rebeldia e agressividade. Relacionando com esse tema, Craydi diz:

(...) a violência cotidiana a que estão habituados e que é capaz de torná-los crianças amedrontadas, agressivas e estressadas. A violência está presente nas favelas em que habitam (...) e até no seio das famílias nas quais é comum pais embriagados, e, ainda mais, padrastos baterem nas mães diante dos filhos ou mesmo nas crianças e nos adolescentes (1998. p. 58)

² Refere-se aos tutores da Casa de Passagem.

Foi dada ao menino Pedro, a liberdade para que falasse sobre o que sentisse interesse. Em determinados momentos, conforme as colocações das crianças, a pesquisadora direcionava o diálogo. Pedro não quis sentar, ficou o tempo todo em pé, sem olhar para a pesquisadora. Ele relatou que está no abrigo há cinco anos e que sua mãe vem visitá-lo. Tem duas irmãs, uma mora com a mãe, a outra ele não sabe onde está. Descreveu a professora como sendo “legal”.

Ao mencionar a escola, a entrevistadora questionou sobre quem ele lembrava quando falava em escola: “Ninguém”, foi o que respondeu. “Não tenho lembranças de outra escola, não estudava antes de morá aqui”. Ao ser questionado sobre o que gosta na escola, respondeu: “Sei lá, não gosto de nada”.

Ao conversar com os tutores, foram poucas as informações sobre o menino Pedro. O tutor relatou que a criança é arredia e não se deixa conhecer. Ele tem um amigo que considera especial e para quem conta seus segredos, no entanto, não foi possível entrevistar esse menino, pois estava passando uns dias com a família.

Ao final das entrevistas, as crianças pediram para escrever, demonstrando, assim, que já estavam alfabetizadas. Lutando contra a situação de exclusão por meio da educação sistematizada, as crianças em situação de risco “não têm as características da cultura letrada, isso não apenas porque nela pouco se utiliza a escrita (...) sobretudo pela instabilidade numa constante mudança onde nada se fixa. (CRAIDY, 1998, p. 59).

As palavras que mais surgiram nas escritas foram “amor”, “paz” e “família”.

Uma das crianças escreveu “LUCAS”. Ao ser questionado sobre quem era Lucas, disse com lágrimas nos olhos “é meu irmão e estou com saudade dele”. Assim como essa criança, muitas outras disseram sentir saudade de suas famílias e demonstraram desejo em retornar para suas casas, mesmo diante dos maus-tratos.

Ao serem criadas as leis, ignoram-se os envolvidos no processo. Em situações como as do depoimento acima, a escola precisa cumprir artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, muitas vezes não é o que a criança gostaria que acontecesse. Há que se ter outras soluções intermediárias, visando sobrepor o real interesse da criança.

1.2.2 Análise dos dados da Instituição “B”

A pesquisa na Instituição “B” aconteceu em um domingo, objetivando com isso encontrar todas as crianças que moram nesse lar. A instituição é denominada pela “mãe social” como sendo “casa lar”. É mantida com donativos da comunidade, e a Prefeitura da Cidade de Curitiba, oferece o apoio de profissionais capacitados: pedagogos, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras, professoras, assistentes sociais e as “mães sociais”.

A mãe social é uma pessoa selecionada pela própria Prefeitura. Ela é submetida a testes vocacionais e tem acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos.

A Instituição “B” acolhe crianças de três a dezoito anos, não havendo a separação entre meninos e meninas.

O espaço físico tem como prioridade a aproximação máxima com uma casa “comum”. A “performance” de um “abrigo” está descartada, visando com isso à comodidade e ao conforto para as crianças que ali permanecem até uma possível resolução dos processos.

O ambiente apresenta uma cozinha ampla e bem equipada, sala de estar, suíte para as meninas, meninos menores (abaixo dos dez anos) e quarto para os maiores (de onze a dezoito anos). Todos os quartos são equipados com computadores. Há também o quarto da mãe social, área de lazer/sala de jogos e espaço para estudos, mobiliado com escrivaninhas, computadores, sofás e ampla biblioteca com moderno acervo de livros.

Na assessoria da mãe social, a Prefeitura disponibiliza, durante a semana, uma cozinheira, uma lavadeira, uma empregada para serviços gerais e uma professora que presta serviços de 40 horas semanais para aulas de reforço e acompanhamento pedagógico das crianças.

Periodicamente, a “família” recebe visitas das assistentes sociais e dos psicólogos, assim como, da promotoria pública.

Para que a entrevista fosse autorizada pela mãe social, houve a necessidade de apresentar as questões dos questionários, e algumas foram retiradas do roteiro. Isso para proteção da própria criança entrevistada.

A mãe social acompanhou a entrevista, fazendo um breve histórico da vida de cada criança. Dessa maneira, ao conversar com os entrevistados, a pesquisadora, tinha uma visão maior do que poderia ou não estar questionando, respeitando-se a individualidade e as agressões sofridas pelos envolvidos.

Os nomes apresentados na pesquisa são fictícios.

As histórias apresentadas são as mais variadas, desde o abandono por parte dos pais até agressões físicas e abusos sexuais.

A primeira criança a ser entrevistada foi Jean, de seis anos. A informação da mãe social é que a criança veio com sua mãe do interior do Paraná. A mãe deixou Jean com a vizinha para ir trabalhar e nunca mais voltou para buscá-lo. A vizinha entrou em contato com o conselho tutelar e a criança foi levada a essa casa. Jean é de poucas palavras e suas respostas são por meio de gestos, sim ou não.

Uma primeira questão a ser assinalada, na análise de um diálogo como esse, diz respeito ao fenômeno da assimetria do discurso: com efeito ao se estabelecer uma conversa entre professora/pesquisadora e um garoto proveniente da classe social mais desassistida da sociedade, (...) pressupõe-se que não apenas a assimetria mas também a dominância do discurso, antecipando que as iniciativas de preposição da fala, e até mesmo a quantidade de palavras serão predominantemente da interlocutora, que detém mais prestígio na sociedade (MACHADO, 2003, p. 53)

Após alguns minutos de “diálogo”, Jean fala que estava na quarta série, agora está na terceira série, demonstrando pouco conhecimento dos encaminhamentos escolares. Ao ser questionado sobre a professora que ministra aulas na educação infantil (está cursando), diz que a professora briga muito.

Segundo Jean, quando ela briga, ele vai para o parquinho brincar. Ao ser questionado sobre o nome da professora, ele disse não saber. Uma das coisas que mais gosta de fazer na escola é desenhar carros da “Ferrari”.

A pesquisadora deixou a criança falar livremente. Após algum tempo de conversa, ele falou: “Eu gosto de desenhar no caderno de mercado, ela dexa”, fala se referindo à professora. “Eu gosto de desenhar janelas”. Ao ser questionado sobre o porquê de desenhar janelas, respondeu que sempre espera na janela para ver sua mãe voltar.

Jane tem oito anos e é irmã de Jean. Os irmãos não foram separados, atendendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Jane não tem lembranças da escola em que estudava antes de ir para a família social. Ela e o irmão Jean já estão morando na casa há quatro anos. Ao falar da professora atual, a menina demonstra certo carinho: “Ela já veio aqui me visitar e levou eu dormir na casa dela”. Jane em momento algum menciona a sua mãe, ela deixa claro para a pesquisadora que transferiu seu afeto às pessoas próximas, como a mãe social e as professoras. Jane gosta de artes, porque, segundo ela, a professora mostra muitas fotos de artistas. As dificuldades vivenciadas pelas crianças, são muitas vezes tidas como normais, pois elas desconhecem outras maneiras de se ver, sendo levadas ao mundo da fantasia, o refúgio, a busca por um sonho visto muitas vezes nos meios de comunicação, livros, contos de fadas:

Um sintoma interessante das conseqüências das privações da infância, para a construção do mundo simbólico é a relação dos meninos já adolescentes com a literatura. Uma vez colocados diante da possibilidade de ouvirem ou lerem histórias, costumam optar pelas histórias infantis; em particular pelos contos de fada tradicionais e pelas histórias de animais, como as fábulas (CRAIDY, 1998, p. 65).

Jane comentou em voz baixa que reprovou na segunda série, porém, atribuiu a si própria a reprovação, pois disse não ter domínio de matemática e precisar ler mais.

A mãe social informou que Jane e Jean têm seis irmãos. Esses dados foram fornecidos às assistentes sociais pela vizinha que ficou com as crianças.

O pai abusou sexualmente de um dos irmãos. A mãe é usuária de drogas e resolveu vir para a capital com Jane e Jean, deixando-os, mais tarde, sob os cuidados de uma vizinha.

Ivo tem onze anos, não sabe ler nem escrever. Está cursando a quarta série do Ensino Fundamental. Gosta muito de artes. Após algum tempo de conversa, confessou não gostar de uma professora (preferiu não falar o nome): “Eu não gostei do que aconteceu na escola, quando ela me ‘xingô’”. Quando crescer quer ser cantor. Cantou uma música para a entrevistadora. Ao término da canção, disse querer se apresentar em algum lugar público.

A mãe social informou que Ivo faz acompanhamento psicopedagógico, pois tem grandes dificuldades na aprendizagem.

A legislação garante, na lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990, em seu artigo 92, inciso V, o “não desmembramento de grupos de irmãos”, dessa maneira, João, irmão gêmeo de Ivo, está na mesma família social. João também apresenta dificuldades de aprendizagem (não sabe ler e escrever). A pesquisadora questionou sobre qual a primeira pessoa que João lembrava quando se falava em escola: Ele disse: “professora Dora, ela é legal”. Quando perguntado sobre o que não gosta da escola, sem titubear respondeu “não gosto dos piá maloquero”. Após a entrevista, Ivo e João improvisaram uma canção.

Ao iniciar as entrevistas com as crianças maiores (acima de doze anos), percebeu-se que as marcas deixadas por situações anteriores ainda prevalecem nas ações diárias.

Roger, doze anos, surpreende com as palavras. Tem facilidade na comunicação e expõe seu ponto de vista sem dificuldades. Seus doze anos cronológicos são perpassados pelas experiências já vividas. Gosta de matemática, mas não das atividades, e sim da professora. Não gosta de ciências.

Ao ser questionado sobre porque não gosta de ciências, responde que a professora é muito “chata”.

A pesquisadora perguntou qual a profissão que quer exercer quando crescer: “Eu quero ser juiz”. Ao indagar sobre o porquê de ser juiz, responde

prontamente, “Pra mandar as pessoas ruins pra cadeia, por exemplo, Juan Carlos Abadia’. A criança demonstra um conhecimento amplo sobre o contexto social.

Roger, diz também que ficou muito triste em uma ocasião em que seu irmão apanhou na escola.

Ao retirar-se da sala, a mãe social, informou que a mãe de Roger está presa por tráfico de drogas. Nesse momento, percebe-se a relação da escolha de sua profissão com o contexto vivido por ele. Roger, ao colocar sua preocupação com o irmão, demonstra maturidade e responsabilidade sobre seus laços parentais. Ele assume o papel de pai.

Apenas três anos se passaram desde a terceira série e o menino Lucas, agora com treze anos, está na sexta série. Três anos, pouco tempo para esquecer uma pessoa que conviveu com ele durante um ano: sua professora. Pois foi o que aconteceu. Lucas comenta: “Eu não gostava de `estuda”; se eu vê ela nem reconheço. (refere-se à professora de terceira série). Ao ser indagado sobre quem é seu melhor amigo, mencionou o nome de um dos colegas da família social, porém, também reforçou: “Em nenhum professor posso ‘confiá’, não posso ‘contá’ meus ‘segredo’”.

Expulso da sala de aula pela professora da terceira série, vendido pela própria mãe, que é garota de programa, Ângelo, quatorze anos, descreve suas passagens escolares para a pesquisadora. A expulsão da sala de aula se deu pelo fato de estar “fazendo bagunça”, conforme descreve a criança. Ângelo tem habilidades lingüísticas e de persuasão: “Quando crescer quero ser advogado e empresário, porque advogado tira as pessoa da cadeia”.

Ao ser questionado pela pesquisadora sobre quem mandaria para a prisão, diz não saber. Ângelo teve duas retenções escolares, na quinta e na sexta série.

Joel, nove anos, é aluno de classe especial, tem grandes dificuldades de aprendizagem. Sua mãe tem deficiência mental e por diversas vezes saiu de casa; da última vez não mais retornou. Seu pai foi assassinado. A criança morava com o avô de noventa anos, que, devido à idade avançada, não dispensava mais os cuidados necessários para com o menino. Dessa maneira,

houve interferência por parte do Conselho Tutelar. Por esses meios, o menino chegou à família social.

Ele relata que quando crescer quer trabalhar como motorista, para levar as crianças à escola. “Eu estava na terceira série quando vim para cá³, mas não lembro da professora que me deu aula. Eu gostava bastante da diretora”. Quando eu crescer quero ser juiz para mandar para a cadeia as pessoas más que matam e roubam.

Essas são palavras do menino Léo, de doze anos. As colocações da criança levantaram questionamentos por parte da pesquisadora, que explorou ainda mais.

Quem o menino considera mau, foi uma das questões levantadas pela pesquisadora. “Aqueles pessoas que vieram aqui tia”⁴. A mãe social intervém explicando que foram pessoas que fizeram visitas à casa, e, mais tarde, eles, os moradores do Lar Social, ficaram sabendo que era uma quadrilha que traficava crianças. Léo é considerado um excelente aluno pela mãe social, “eu nunca tive problemas com ele na escola, tira boas notas, é carinhoso(...)”. “Eu gosto de estudá, não gosto de quem faz bagunça na sala de aula”. Léo é órfão de mãe. O pai, alcoólatra, casou-se novamente. Ele sofria violências por parte da madrasta, que muitas vezes queimava-o com cigarros. Léo fugiu de casa e foi resgatado perambulando pelas ruas da cidade.

Roger de doze anos está na quinta série. Não tem recordações da professora da quarta série. A mãe foi assassinada. Neste momento a mãe social faz uma intervenção: “O pai é trabalhador, mas é alcoólatra, deixava Roger na rua e sem alimentação”. Roger comenta que não contava para sua professora como era sua vida em casa, pois tinha vergonha. O menino lembra que foi para a diretoria porque brigou com um colega, mas, ao mesmo tempo, dá um sorriso, demonstrando satisfação consigo próprio por ter tirado boas notas nas disciplinas.

³ Refere-se à casa social

⁴ Dirige-se à mãe social, que acompanha a entrevista.

Ele conta à pesquisadora que quer ser juiz ou advogado, porque quer levar para a prisão pessoas que causam o mal aos outros, como é o caso do pai e da madrasta da Isabella⁵. Roger reprovou na quarta série, segundo ele, porque não fazia as tarefas de casa.

Os professores cometem um fatídico erro, ao pensar que os alunos devem estar sempre prontos a aprender, sem levar em consideração que são seres humanos pensantes e que, assim como eles, os professores, nem sempre estão dispostos a sentar em uma sala de aula e ficar ouvindo. Não obstante, nos vários sistemas de ensino, proporções significativas de professores e educadores de toda ordem chegam ao absurdo de reputarem o fracasso escolar ao aluno, por não querer aprender, como se o ser humano fosse culpado por não nascer provido de atributos que foram construídos historicamente, e como se fosse pela única via de mediação educativa que os seres humanos se apropriassem da cultura, no seio da qual encontram-se valores históricos, como esse relativo interesse de aprender (PARO, 2001, p. 44)

Sobre professores, o menino Lucas fala: “Eu reprovei a quarta e a terceira série, não lembro o nome da professora, por que lembraria, já que não se pode confiar em nenhum professor?” Em relação às palavras de Lucas, Graciani defende que:

A escola também é considerada como fonte de violência, quando discrimina, exclui e maltrata as crianças, principalmente quando a violência simbólica se impõe. Ela que deveria representar para a criança um espaço de crescimento, promoção e realização, encontra-se hoje deteriorada pela sua “proposta educacional” totalmente desarticulada e desorganizada, mas com trágicos objetivos violentadores (...). O maior abuso contra a criança e o adolescente ocorre quando sua personalidade é destroçada, pelo reforço da escola excludente, com sua cidadania tolhida e seus direitos desrespeitados e até aviltados e violados (1997, p.139-140).

Lucas, quatorze anos, perdeu o pai e a mãe vítimas do HIV. Ele apresenta certa revolta com a escola, no entanto foi para o “abrigo” pelo fato de ter ficado órfão de pai e mãe e não ter mais familiares. Essa é uma das poucas situações em que a criança não sofre abusos de violência física.

⁵ Caso de grande repercussão na mídia; pai e madrasta foram acusados do crime de ter atirado a menina Isabella, de cinco anos, pela janela do prédio onde moravam. A menina veio a óbito.

Quando questionado sobre em que quer trabalhar quando crescer, responde rapidamente: “jogador de futebol”.

Pedro, onze anos, está na quinta série. É um menino que nunca reprovou na escola. Não tem lembranças de seus professores das séries iniciais, apesar do pouco tempo que passou por elas. Gosta de matemática e português, porque, segundo ele, os professores são legais. Quando crescer quer ser advogado ou juiz, pois quer mandar para a prisão as pessoas que maltratam as crianças.

Plínio tem quatorze anos e é irmão de Pedro. Os pais estão presos, pois, de acordo com informações da mãe social, o padrasto abusava sexualmente da irmã mais velha e a mãe era conivente com a situação. Conforme informou a “mãe social”, Plínio presenciava as cenas de sexo, e, para que não relatasse os acontecidos às pessoas, era ameaçado pelo padrasto, muitas das vezes sofria agressões físicas, sendo queimado com cigarros e ferro de passar roupas.

Segundo Graciani, “(...) a violência contra a criança e o adolescente traz prejuízos ao seu desenvolvimento, pois os danos podem ser irreversíveis, na medida em que se perde a capacidade de amar, conhecer e de crescer” (1997, p. 290).

A mãe social informou à pesquisadora, que a família de Plínio e Pedro tem posses materiais, é uma família bem de vida, como caracterizou a informante. A irmã que sofria abusos, mora com a madrinha, trabalha como manicure durante o dia e à noite faz faculdade de Direito.

As crianças entrevistadas apresentam bons cuidados físicos, têm postura de uma “boa educação” advinda de “berço”. O vocabulário apresentado pelas crianças é amplo. Ao se posicionarem, defendem seu ponto de vista com bons argumentos.

Ao ser questionado sobre boas recordações da escola, Plínio rapidamente diz não ter nenhuma, não lembra do nome da professora, porém, lembra os nomes da diretora e da pedagoga. Ao se referir às educadoras (diretora e pedagoga), deixa transparecer sua indignação e revolta. “Não tenho boas lembranças, não se pode confiar em ninguém. A diretora “X” foi

quem ligou para o Conselho Tutelar e por causa dela minha família está toda separada”. Sobre questões como essa, Graciani (1997, p. 104), coloca que “na realidade o sistema educativo, sem ser o único, assume, à sua maneira, os conflitos sociais”. Quando crescer, Plínio quer ser advogado, para tirar da cadeia as pessoas que estão presas injustamente. Ao ser questionado sobre quem tiraria da prisão, abaixa a cabeça, pressiona uma mão contra a outra e diz não saber.

Nesse relato, fica a dúvida de até que ponto se deve seguir a Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990), pois, conforme o artigo 245, professores devem comunicar às autoridades competentes casos de maus-tratos envolvendo menores. Não seria o caso de se analisar novamente a Lei, e estabelecer outras alternativas para determinados processos ?

Percebe-se que no histórico de Plínio e Pedro, agindo dentro da legislação, conforme a própria criança coloca, a diretora foi responsável pela separação da família.

Os professores, quando se calam são coniventes e podem ser processados por isso. Ao cumprir com as regras legais estariam “destruindo” os sonhos de uma criança, que, apesar de estar sofrendo violência, prima pela vida em família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a retrospectiva histórica sobre a vida e educação das crianças, percebe-se que a violência e os abusos sempre estiveram presentes. Mesmo com grandes investimentos e políticas públicas direcionadas às causas das crianças em situação de risco, ainda hoje, a sociedade enfrenta situações de abandono e exclusão de infâncias sofridas.

Se em tempos anteriores as agressões e descasos eram presentes em pessoas alheias à família da criança, hoje, o que se percebe é a violência dentro do próprio lar: abuso sexual, trabalho infantil, agressões físicas e tantas outras descritas na pesquisa.

Crianças que desconhecem outra face da vida, acreditam ser normal e natural a vida que levam com seus familiares, pois já nasceram em ambientes que podem ser considerados insalubres. Não se pode alegar que o descaso está somente em famílias em condições econômicas desfavorecidas. A agressão contra a infância e a juventude, está também nas classes economicamente mais abastadas.

O que gera desconforto e preocupação é o desconhecimento que o professor tem de seu educando. Na sociedade dita como “sociedade do conhecimento”, as coisas acontecem tão rápido que o professor não tem tempo de parar para conhecer a família da criança com a qual irá trabalhar durante um ano inteiro. O não envolvimento do educador, muitas vezes, até para sua segurança, tendo em vistas as comunidades onde presta serviços, pode gerar dificuldades em estar atingindo seu aluno de maneira integral, ou seja, na formação bio-psicosocial e espiritual. Daí surgem os problemas enfrentados pela escola: o fracasso escolar, a retenção, entre outros.

A rotatividade de professores é outro fator que não permite uma maior aproximação com sua classe de alunos. O professor, por diversas razões, dentre elas a econômica, procura por novos horizontes, abandonando a escola e muitas vezes até o magistério. Então entra outro professor, e aí o tempo, que já era curto, para “vencer” o currículo escolar, fica menor ainda, e as chances de se conhecer a criança são quase remotas, assim como são praticamente nulas as chances da criança conhecer seu professor, adquirir confiança, contar seus segredos.

Nesses desencontros, pessoas em um mesmo ambiente se desconhecem. A criança fica em seu “mundinho”, sendo violentada, e o professor, sem tempo para observar, exige que o(a) menino(a) aprenda e apresente bons resultados, boas notas, bom comportamento.

Se para o professor é difícil assimilar tudo isso, imagine para uma criança. Foi-se o tempo em que, mesmo se passando anos e anos, as pessoas lembravam o nome das professoras “do primário”. A impessoalidade e o individualismo estão tão aflorados que ninguém tem tempo para observar ninguém. O nome da escola também é algo sem importância. Essa instituição,

que era tida como uma fortaleza, como continuidade da casa, hoje não passa de mais um prédio recheado de ações obsoletas.

Os índices que devem ser apresentados pela escola, visando a elevações políticas, não permitem mais ao professor atuar como “facilitador” de valores.

Esses índices preocupam-se apenas em revelar “altos rendimentos quantitativos”, desprezando a formação humana.

REFERÊNCIAS

- CRAIDY, C.M. **Meninos de rua e analfabetismo**. Porto Alegre,: Artmed, 1998.
- DIAS, V.F.: MOLINA, N.L. SANTOS, G do R. C.M. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 1. ed. Curitiba,: IBPEX, 2007.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 31. ed. Petrópolis/RJ.:Vozes, 2006.
- GIL, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GRACIANI, M.S.S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997.
- MACHADO, R.H.B. **Vozes e silêncios de meninos de rua: o que os meninos de rua pensam sobre nossas instituições**: São Paulo, 2003.
- PARO, V.H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2000.
- Reprovação escolar: renúncia à educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- PATTO, M.H. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- RAMOS, F.P. A história marítima das crianças nas embarcações portuguesas no Século XVI. In: PRIORE, M. D.(Org). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- SANTOS, M.A.C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In.: PRIORE, M.D.(Org). **História das crianças no Brasil**. 6